

ALBINO VIEIRA DA ROCHA

Legislaturas: I, II, III, IV.

Data de nascimento

- 1885-10-24.

Localidade

- Cadaval.

Data da morte

- 1950-04-24.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1911);
- Doutoramento em Direito pela Universidade de Lisboa (1918).

Profissão

- Professor universitário.

Carreira profissional

- 1913 – Nomeado Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- 1915 – Membro do Conselho Superior do Trabalho.

Perfil político-ideológico

- 1922 – Membro do Partido Republicano Radical.

Carreira político-administrativa

- 1917 – Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, Afonso Costa;
- 1917 – Subsecretário de Estado das Finanças;
- 1916-1917 e 1919-1921 – Deputado pelo círculo de Lisboa;
- 1919 – Membro da delegação portuguesa à Conferência de Paz de Versalhes;
- Entre 1922 e 1925 desempenha por diversas vezes as funções de Ministro da Guerra;
- 1926-1927 – Ministro das Colónias;
- 1930 – Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas;
- Procurador à Câmara Corporativa como representante da Administração Pública.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	24. ^a – Finanças.
II	25. ^a – Finanças e economia geral.
III	24. ^a – Finanças e economia geral.
IV	24. ^a – Finanças e economia geral.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 69]

I Legislatura (1935-1938) [28]

- 3/I – Reconstituição económica.
- 4/I – Reforma do crédito.
- 16/I – Isenção de contribuição predial.
- 36/I – Vencimentos dos funcionários públicos.
- 48/I – Criação do Instituto Nacional de Estatística (*Relator*).
- 58/I – Autorização das receitas e despesas para 1936 (*Relator*).
- 59/I – Reforma dos serviços da dívida pública.
- 60/I – Vencimentos do Presidente do Conselho, Ministros e Subsecretários de Estado.
- 69/I – Construção de silos.
- 73/I – Empréstimo interno consolidado de 3^{3/4} por cento (*Relator*).
- 74/I – Isenção da contribuição predial.
- 82/I – Autorização das receitas e despesas para 1937 (*Relator*).
- 83/I – Elevação do limite máximo de emissão da moeda de prata (*Relator*).
- 86/I – Aumento do empréstimo autorizado pela lei n.º 1937.

- 88/I – Fomento hidroagrícola.
- 95/I – Importação de azeite.
- 96/I – Condicionamento industrial.
- 97/I – Organização corporativa da agricultura.
- 98/I – Remodelação dos serviços dos correios, telégrafos e telefones.
- 106/I – Autorização de receitas e despesas para 1938 (*Relator*).
- 108/I – Autorização ao Governo para contrair um empréstimo interno amortizável de 3^{1/2} por cento.
- 110/I – Tarifas ferroviárias.
- 114/I – Cadastro geométrico da propriedade rústica.
- 115/I – Povoamento florestal.
- 119/I – Estudos e obras de hidráulica agrícola.
- 121/I – Estatuto Jurídico dos Caminhos de Ferro.
- 122/I – Plano de Fomento da Colónia de Angola.
- 123/I – Colonização interna.

II Legislatura (1938-1942) [11]

- 1/II – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1939 (*Relator*).
- 5/II – Electrificação rural do País.
- 7/II – Rectificações dos mapas do plano do povoamento florestal.
- 8/II – Exploração de pedreiras.
- 10/II – Fomento mineiro.
- 11/II – Navegação para as colónias.
- 12/II – Autorização de receitas e despesas para 1940 (*Relator*).
- 24/II – Autorização de receitas e despesas para 1942 (*Relator*).
- 25/II – Autorização ao Governo para emitir um empréstimo consolidado de 3^{1/2} por cento.
- 20/II – Autorização de receitas e despesas para 1941 (*Relator*).
- 30/II – Indústrias derivadas da produção agrícola.

III Legislatura (1942-1945) [14]

- 1/III – Autorização de receitas e despesas para 1943 (*Relator*).
- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 3/III – «Casal da Escola».
- 4/III – Fiscalização das sociedades por acções.
- 5/III – Criação do Conselho de Fomento.
- 6/III – Autorização de receitas e despesas para 1944 (*Relator*).
- 7/III – Distribuição dos lucros líquidos anuais das empresas de navegação.
- 14/III – Aproveitamento dos baldios reservados provisoriamente pela Junta de Colonização Interna para povoamento interior (*Relator*).
- 17/III – Construção de casas de rendas económicas.
- 18/III – Electrificação do País.
- 19/III – Fomento e reorganização industrial.
- 20/III – Autorização de receitas e despesas para 1945 (*Relator*).
- 22/III – Suplemento eventual de vencimentos dos funcionários e mais servidores do Estado (*Relator*).
- 23/III – Coordenação de transportes terrestres.

IV Legislatura (1945-1949) [16]

- 1/IV – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1946 (*Relator*).
- 3/IV – Melhoramentos agrícolas.
- 4/IV – Acordos entre os Governos de Portugal e da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre serviços aéreos entre os territórios português e britânico e através deles.
- 6/IV – Foros.
- 7/IV – Regime jurídico dos Casais Agrícolas.
- 12/IV – Melhoramentos no porto de Lisboa.
- 14/IV – Autorização de receitas e despesas para 1947 (*Relator*).
- 16/IV – Inquilinato.
- 17/IV – Reorganização do parcelamento da serra de Mértola.
- 19/IV – Restrição do plantio da vinha.
- 20/IV – Imposto sobre sucessões e doações.
- 21/IV – Carta dos solos de Portugal.
- 24/IV – Receitas e despesas para 1948 (*Relator*).

- 27/IV – Guarda rural e fomento de caça e pesca desportivas.
- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação.
- 30/IV – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1949.